

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.265 - SP (2019/0297174-9)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : LEONARDO HIDEHARU TSURUTA**  
**ADVOGADO : LEONARDO HIDEHARU TSURUTA - SP0247208**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MAURO NEI MONTEIRO COUTO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. DIREITO PENAL. FURTO QUALIFICADO. *DECISUM* FIRMADO NA GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO E NA VIDA PREGRESSA DO AUTOR. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, QUE INDEFERIU MEDIDA DE URGÊNCIA EM *MANDAMUS* ORIGINÁRIO. SÚMULA 691/STF. APLICABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. AUSÊNCIA.

Inicial indeferida liminarmente.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Mauro Nei Monteiro Couto** – preso, desde **19/8/2019**, preventivamente porque, supostamente, ele e corréus teriam, por meio de rompimento de obstáculo, subtraído *44 sacas de milho, sendo 22 sacos de 30 Kg e 22 sacos de 50 Kg pertencentes à empresa vítima Valor Logística Integrada* (fls. 87/89) –, em que se aponta como autoridade coatora o Desembargador Relator da 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu o pedido liminar em *writ* ali impetrado (*Habeas Corpus* n. 2217397-93.2019.8.26.0000/SP), mantendo a prisão preventiva decretada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Ituverava/SP (fls. 46/48).

Alega a parte impetrante, em necessária síntese, que o constrangimento ilegal decorre de decisão que, mediante fundamentação inidônea – pois apoiada somente na gravidade abstrata do delito –, decretou a prisão preventiva do paciente, apesar dos predicados que ele ostenta e da ausência dos requisitos previstos no art. 312, *caput*, do Código de Processo Penal (fls. 3/11).

Postula, ao final, a concessão liminar da ordem para que seja relaxada a prisão cautelar imposta.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

*Ab initio*, as Turmas integrantes da Terceira Seção deste Superior Tribunal, na esteira do preceituado no Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

Tal posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que aqui não se observa.

Todavia, no presente caso, o Relator do prévio *mandamus*, ao avaliar o pedido então apresentado na origem, simplesmente constatou a ausência dos pressupostos autorizadores da medida liminar requerida. Além disso, entendeu que era satisfativa a pretensão, solicitando informações com urgência ao Juízo singular. E nisso não há nenhum constrangimento ilegal.

Diante da inadmissível supressão de instância, convém aguardar o trâmite regular do *habeas corpus* na origem, a fim de permitir que o órgão competente analise em maior profundidade a matéria ali levantada.

Inclusive, *in casu*, neste juízo prelibatório, denota-se que, de forma adequada, a prisão preventiva foi firmada na garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, sobretudo em razão de o paciente, *embora tecnicamente primário, registrar envolvimento criminais, além de apontar indícios de renitência nas práticas delituosas* (fl. 100), o que atrai, em princípio, os requisitos da custódia cautelar, quais sejam, o *periculum libertatis* e o *fumus comissi delicti*.

Ante o exposto, inexistindo a excepcionalidade necessária ao abrandamento do enunciado da Súmula 691/STF, com fundamento nos arts. 38 da Lei n. 8.038/1990 e 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

